



AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ATENÇÃO AO APOSENTADO DO CEARÁ

EVALUATION OF A HEALTH CARE PROGRAM FOR RETIREES IN CEARÁ

EVALUACIÓN DE UN PROGRAMA DE ATENCIÓN AL JUBILADO DEL CEARÁ

Telma Efigênia Tenório Cruz¹, Maria de Nazaré de Oliveira Fraga²

O rápido envelhecimento populacional no mundo coloca em pauta a necessidade de políticas públicas para idosos e também para prepará-los ao ingresso na condição de aposentados. Objetivos da pesquisa: conhecer o perfil dos beneficiários e que avaliação fazem do Programa de Ação Integrada para o Aposentado do Ceará. Coletaram-se os dados de agosto de 2009 a janeiro de 2010, pela aplicação de questionários a 90 sujeitos. A maioria dos sujeitos era do sexo feminino, viúvos, solteiros ou separados e com perfil diferenciado em relação à maioria dos trabalhadores e aposentados brasileiros. Avaliaram positivamente o programa e fizeram poucas sugestões. O Programa de Ação Integrada é uma política pública que, além de muitas fragilidades, vem sofrendo oscilações e contenções em função das mudanças dos governantes e gestores.

Descritores: Aposentadoria; Envelhecimento; Qualidade de Vida.

The fast ageing of the world's population has brought up the need for public policies for the elderly and also to prepare them to enter into the condition of retirees. Research objectives: to know the profile of beneficiaries and their evaluation on the Integrated Action Program for Retirees in Ceará. Data collection happened from August 2009 to January 2010, through the application of questionnaires involving 90 elderly people. Most individuals were female, widowed, single or separated and with distinct profile concerning the majority of Brazilian workers and retirees. They evaluated positively the program and made a few suggestions. We concluded that the program is a public policy that, besides its several weaknesses, has been suffering from budget oscillations and containment due to changes of rulers and managers.

Descriptors: Retirement; Aging; Quality of Life.

El rápido envejecimiento de la población en el mundo señala la necesidad de políticas públicas para ancianos y también para prepararlos para inscribirse en la condición de jubilados. Los objetivos de la investigación: conocer el perfil de los beneficiarios y la evaluación de estos acerca del Programa de Acción Integrada al Jubilado del Ceará. Los datos fueron recogidos entre agosto de 2009 y enero de 2010, por la aplicación de cuestionarios a 90 personas. La mayoría de los sujetos eran del sexo femenino, viudas, solteras o separadas y con perfil distinto de la mayoría de los trabajadores y jubilados brasileños. Evaluaron positivamente el programa e hicieron pocas sugerencias. El programa es una política pública que, además de muchas fragilidades, sufre oscilaciones y contenciones debido a los cambios de gobiernos y gestores.

Descritores: Jubilación; Envejecimiento; Calidad de Vida.

¹Socióloga. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Funcionária pública do estado do Ceará, lotada no Programa de Ação Integrada para o Aposentado. Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: telmaecruz@hotmail.com

²Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo. Professora do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: mnofraga@ufc.br

INTRODUÇÃO

Em diversos países do mundo muitas medidas vêm sendo tomadas em consequência do acelerado envelhecimento populacional. Talvez as medidas mais comuns sejam aquelas que têm executado reformas no sistema de previdência social, como o alongamento do período de trabalho e de contribuição, criando-se estímulos para que a aposentadoria ocorra mais tardiamente⁽¹⁾. O Brasil não foge a esta regra, mas essas reformas terminaram por precipitar a aposentadoria precoce de muitos trabalhadores⁽²⁾.

Por sua vez, a existência de expressivo número de pessoas aposentadas ou prestes a se aposentarem, mas ainda com estimativa de viver significativo número de anos e até décadas, demonstra que são necessárias medidas para prepará-las para o ingresso nessa nova etapa de vida e também para contribuir que vivam com qualidade⁽²⁻³⁾.

Nossa inserção no campo, por diversos anos, trouxe a constatação de que o Ceará é um dos poucos estados em que a administração pública formalizou uma política de atenção aos aposentados oriundos de seus quadros, havendo apenas um similar em Santa Catarina⁽³⁾. Isso despertou nosso interesse por conhecer o perfil dos beneficiários e avaliar o Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI).

Criado em 1990, o PAI, à época, tinha o propósito de orientar, apoiar e acompanhar o pessoal aposentado da administração pública estadual, com relação aos seus direitos e benefícios, assegurar-lhes prioridade no atendimento dos diversos serviços prestados pela administração pública estadual e promover sua reintegração no mercado de trabalho⁽⁴⁾. Dessa época até os dias de hoje o PAI passou por algumas reformulações, adaptando sua missão formal para promover a integração e socialização do aposentado da

administração pública do Ceará, desenvolvendo projetos que contribuam para melhoria de sua qualidade de vida.

Neste contexto os objetivos da pesquisa foram conhecer o perfil dos beneficiários e avaliar o Programa de Ação Integrada para o Aposentado quanto a suas limitações e possibilidades e quanto aos níveis de satisfação dos seus beneficiários.

Além de até então o PAI nunca ter sido avaliado, por outro lado, o maior público-alvo a que o programa se destinaria, os aposentados de baixo poder aquisitivo, vem sendo pouco beneficiado e a bibliografia sobre programas dessa natureza é escassa, indicando que os resultados da pesquisa são úteis a gestores e beneficiários.

MÉTODO

A coleta de dados ocorreu de agosto de 2009 a janeiro de 2010. Primeiramente calculamos o total dos aposentados e pensionistas que efetivamente participaram das atividades do programa no primeiro semestre de 2009, tendo-se identificado 300 pessoas. De posse desse total calculamos uma amostra de 30%, o que correspondeu a 90 pessoas. Com esse grupo foi aplicado questionário com questões fechadas para traçar o perfil socioeconômico e familiar dos aposentados e pensionistas assistidos pelo PAI e conhecer a avaliação que fazem do programa.

Também tentamos ter acesso ao grupo de pessoas cadastradas, mas que não frequentavam o programa na ocasião em que se realizou a pesquisa. Enquanto colhíamos informações com o grupo frequentador, solicitávamos que nos indicassem nomes, telefones e endereços de pessoas conhecidas e cadastrados no PAI, mas que não vinham frequentando as atividades. Procedemos assim porque antevíamos dificuldades para localizar tais pessoas recorrendo

apenas aos cadastros. Esta estratégia nos permitiu obter os dados de 15 sujeitos, mas apenas oito participaram da pesquisa porque alguns dos indicados já haviam mudado de endereço, estavam viajando, em tratamento de saúde ou os números dos telefones haviam mudado.

Os dados foram agrupados por meio de percentuais para compor tabelas e sua discussão também levou em consideração os marcos regulatórios vigentes no Brasil e as teorizações de autores que tratam as questões relativas ao envelhecimento/aposentadoria e suas interfaces. Entre os marcos regulatórios destacam-se a Constituição de 1988⁽⁵⁾, a Lei Orgânica de Assistência Social⁽⁶⁾ e o Estatuto do Idoso⁽⁷⁾.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro D. Libânia de Referência em Dermatologia Sanitária do Ceará, em Fortaleza e aprovado sob o nº 015/09. No trato com a coordenação do PAI e com os sujeitos observamos todas as exigências éticas regulamentadas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde⁽⁸⁾.

RESULTADOS

O PAI, seus Objetivos e Abrangência

O PAI foi criado no decorrer da primeira gestão do Governo Tasso Jereissati (1987-1991) através do Decreto nº. 21.088 de 22.11.1990. Inicialmente o PAI deveria orientar e assessorar os aposentados da administração pública do Ceará quanto a seus direitos e benefícios, assegurar-lhes prioridade de atendimento e promover sua reintegração ao mercado de trabalho, o que incluiria acesso a serviço social, jurídico e médico-odontológico e também a serviços de apoio administrativo e gerais⁽⁹⁾. À época, o PAI contava com uma equipe multidisciplinar, que dispensava atenção nas áreas acima referidas.

Após a gestão de Ciro Gomes no governo do Ceará (1991-1995), com a reeleição de Tasso Jereissati para o período de 1996 a 1999, algumas atividades do PAI foram esvaziadas, devido a demissões e devolução de servidores até então lotados no programa, aos respectivos órgãos de origem. As atividades foram centradas nas ações de integração e convivência, traduzidas na prática como: reunião semanal de socialização, feira de artesanato e curso de pintura, coral e teatro⁽¹⁰⁾.

No final do governo de Lúcio Alcântara (2003-2006), a coordenação do PAI promoveu um seminário, o que foi motivado pelo entendimento de que o programa precisaria ser reformulado, ampliado e ter um orçamento regular⁽¹⁰⁾.

Posteriormente ao referido seminário houve a inserção efetiva ou temporária de técnicos da área de recursos humanos, especialistas em planejamento e finanças, psicologia, informática e um coralista, sendo algumas dessas categorias profissionais constituídas por estagiários ou desenvolvendo atividades voluntárias ou temporárias.

Somente no decorrer dos anos 2008 e 2009 foram liberados recursos de maior monta, respectivamente no valor de R\$ 76.000,00 destinados a atividades extras "Socioeducativas e culturais", e que não fazem parte das que ocorrem sistematicamente. O suprimento de fundos que é rotineiramente disponibilizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão(SEPLAG), cobre apenas pequenas despesas como, material de consumo e de expediente. Em 2009 a equipe do PAI era constituída por sociólogos, administradores, filósofos, economista, técnicos com licenciatura plena em letras e analistas (nível médio) de gestão pública integrantes dos quadros funcionais do governo do Ceará. Havia também estagiários de psicologia, do programa primeiro emprego, prestadores de serviço de diversos níveis,

quatro voluntários e 16 facilitadores. Vale ainda ressaltar que sua equipe se compunha também de pessoas sem vínculo permanente. Por outro lado, diversas atividades realizadas recebiam aporte financeiro dos próprios beneficiários, na forma de taxas, em geral com preços abaixo dos de mercado.

Por ocasião da pesquisa o PAI funcionava apenas em Fortaleza, em um imóvel alugado, localizado na Aldeota, considerado o bairro mais nobre da cidade. No mesmo ano, o Ceará contava com 46.570 aposentados e 15.553 pensionistas, totalizando 62.123 pessoas. Sendo 36.703 pessoas residentes na capital e 25.420 no interior. Portanto, 40,91% dos aposentados e pensionistas da administração pública estadual residiam no interior, mas o PAI só funcionava efetivamente em Fortaleza⁽¹¹⁾.

Perfil dos sujeitos

Havia entre os participantes 91,1% do sexo feminino e apenas 8,9% do sexo masculino, o que confirma dados de outras pesquisas que indicam a presença sempre diminuta de homens em serviços de saúde ou em programas semelhantes ao avaliado.

Por outro lado, 36,7% eram casados, 25,6% viúvos, 25,6% solteiros, 11,1% separados ou divorciados e somente 1,1% em união consensual. Portanto, a maioria das pessoas que frequentavam o PAI(62,3%) já perdeu ou não conseguiu manter o vínculo afetivo com o sexo oposto.

Os aposentados e pensionistas se encontravam predominantemente na faixa etária de 60 a 69 anos (40,2%), seguindo-se os das faixas 70 a 79 anos (33,3%), 50 a 59 anos (17,2%) e 80 a 89 anos (9,2%). Acrescente-se que a idade mínima foi de 52 anos, a máxima de 88 anos e a média de idade foi de 67,8 anos. Alguns deles começaram a trabalhar quando tinham apenas 14 anos.

Ficou constatado que 28,9% moravam com a família, ou seja, com esposo(a) e filhos(as), 16,7% com o esposo(a), 15,6% apenas com os filhos, 20,0% moravam sozinhos, 8,8% moravam com a mãe, irmã ou com sobrinhos e 7,8% com a empregada doméstica. Tais dados mostram que, a despeito da maioria dos sujeitos serem separados, viúvos ou solteiros, apenas uma minoria (27,8%) morava sozinha ou com pessoas sem vínculo de parentesco.

Na maioria dos casos (61,6%) eram os próprios aposentados e pensionistas que respondiam pelo sustento da casa. Este dado é ainda mais significativo pela constatação de que mais de 20,9% deles dividiam tal responsabilidade com o parceiro, filhos ou com a genitora. Portanto, apenas uma minoria deles não participava efetivamente desse sustento.

Havia 12,2% dos aposentados e pensionistas com escolaridade de nível fundamental, 17,8% de nível médio, 47,8% com nível superior completo e 20,0% com pós-graduação. Outro dado obtido na pesquisa apontou que 60,3% dos sujeitos se aposentaram como professores. É importante fazer este destaque, tendo em vista que nas décadas recentes tem havido todo um incentivo para que os professores, mesmo os do ensino fundamental, tenham escolaridade universitária.

Para o grupo de 67 aposentados e pensionistas que declararam a idade em que começaram a trabalhar e a idade em que se aposentaram, a média de tempo de trabalho foi 32,3 anos com desvio padrão de aproximadamente 7 anos (quadro 1). A disparidade entre o tempo mínimo e o tempo máximo trabalhado, respectivamente 20 e 53 anos é compreensível porque entre os que trabalharam menos anos estão os que começaram a trabalhar tardiamente e também os que se aposentaram proporcionalmente ou por motivo de doença; entre os que trabalharam mais anos estão os que começaram a trabalhar com 14 anos.

Quanto à renda bruta mensal dos aposentados e pensionistas, a mínima foi de 01 salário mínimo e a

máxima foi de 47,3 salários mínimos, sendo a média correspondente a 7,4 salários mínimos.

Tabela 1 - Renda bruta mensal em salários mínimos pagos a servidores públicos estaduais aposentados. Fortaleza, CE, Brasil, 2010

Faixa de renda (SM=\$465,00)	N	%	% de casos válidos
1 a 2 SM	7	7,8	9,5
Mais de 2 a 4 SM	15	16,7	20,3
Mais de 4 a 6 SM	15	16,7	20,3
Mais de 6 a 8 SM	13	14,4	17,6
Mais de 8 a 10 SM	10	11,1	13,5
Mais de 10 a 12 SM	3	3,3	4,1
Mais de 12 SM	11	12,2	14,9
Total	74	82,2	100,0
Ausência de resposta	16	17,8	-
Total	90	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os dados referidos acima se complementam com os da tabela 1 que contém a renda bruta mensal dos aposentados e pensionistas por salários mínimos (SM), com os seguintes resultados: 29,8% dos aposentados e pensionistas recebiam entre 1 e 4 SM e 70,1% recebiam entre 5 e mais de 12 SM. Portanto os dados colhidos indicam uma renda bruta média bem maior do que é recebido pelos trabalhadores brasileiros.

Em reforço a essa condição diferenciada dos sujeitos da pesquisa, vale acrescentar que outros dados obtidos mostraram que 91,1% deles possuíam casa própria, contra 6,7% que moravam em casa alugada e 2,2% em casa cedida.

A maioria dos aposentados e pensionistas (73,4% ou N = 66) tomou conhecimento do PAI através dos amigos ou dos familiares (14,4% ou N =13) e apenas uma minoria (12,2% ou N = 11) tomou conhecimento através de outros meios, onde poderiam estar incluídas estratégias de divulgação de massa.

Sobre o perfil dos 08 sujeitos que não participam das atividades do PAI encontramos o que se segue. Sete deles eram do sexo feminino e apenas um do sexo masculino; seis tinham 70 anos ou mais; apenas dois

eram casados e os demais eram separados ou divorciados, solteiros ou viúvos; cinco tinham filhos; 50% deles moravam sozinhos ou com a empregada doméstica; sete colaboravam ou mantinham sozinhos o sustento da casa; a metade deles (quatro) tinha renda bruta mensal de até quatro salários mínimos.

Na comparação do perfil dos que participavam do PAI com os que não participavam constatamos que os últimos são proporcionalmente mais idosos e mais solitários. Um número maior deles era responsável pelo sustento da casa e tinham renda bruta mensal inferior. Tais dados parecem reforçar a ideia de que o funcionamento do PAI tem sido conduzido de tal forma que atende melhor aos interesses e necessidades dos aposentados e pensionistas com nível socioeconômico mais elevado, o que explicaria, pelo menos em parte, a avaliação tão favorável que eles fizeram do programa.

Avaliação do PAI

Antes da participação no PAI os aposentados e pensionistas tinham a seguinte rotina: 24,4% ficavam em casa, 31,1% saíam com amigos, 87,7% participavam de atividades diversas, 18,8% trabalhavam e 3,3%

deixaram de responder. Tais dados indicam que eram relativamente ativos.

Apenas poucos aposentados (9,1%) responderam que o PAI não provocou mudanças em suas vidas, contra 90,9% que responderam afirmativamente.

As respostas sobre mudanças ocorridas foram: melhoria da qualidade de vida (19,1%), melhoria do convívio e relacionamento com as pessoas (16,2%), aumento da quantidade de amigos (16,2%), aumento do conhecimento (inclusive de informática) (16,2%), aumento da prática de atividades físicas (14,7%), aumento das atividades físicas e do número de amigos (7,4%) e mais diversão e momentos de alegria (5,9 %).

Apenas 40% dos aposentados e pensionistas disseram ter sugestões sobre o PAI, enquanto a grande maioria, 60,0%, afirmaram não ter sugestões a fazer.

Entre os que opinaram, as sugestões estiveram relacionadas a: limpeza e manutenção do ambiente (42,9%), número de aposentados participantes das atividades (25,7%), horário de funcionamento das atividades (22,9%), qualidade da alimentação servida

em festas e eventos (20%), preços cobrados pelas atividades oferecidas (17,1%), qualificação e didática dos facilitadores (2,9%) e desempenho da coordenação (2,9%). A conotação dessas sugestões fica mais clara após o detalhamento que fazemos a seguir.

Houve nove manifestações pela ampliação do número de beneficiários do programa e outras seis sugestões de que as atividades fossem gratuitas ou por um preço menor para permitir a ampliação desse número.

Outras sugestões que os integrantes da amostra fizeram, compreendendo treze manifestações: transporte para os participantes que não têm condições de pagar a passagem (7,7%), um membro da família poderia ter direito a participação gratuita para servir como acompanhante do aposentado (15,4%), ter um estacionamento próprio e adequado (15,4%), reforma dos jardins (7,7%) e cursos sobre autoestima (7,7%).

Tabela 2 - Outras atividades que os aposentados gostariam que o PAI promovesse. Fortaleza, CE, Brasil, 2010

Categoria	Respostas afirmativas		% de respostas (*)
	N	%	
Mais atividades físicas	19	20,7	34,5
Mais cursos	14	15,2	25,5
Mais festas	9	9,8	16,4
Mais passeios	27	29,3	49,1
Outras	23	25,0	41,8
Total	92	100,0	167,3

(*) – Como a questão comportava mais de uma resposta, para cada rotina o percentual foi calculado considerando N = 90
Fonte: Pesquisa de campo (questionário)

Os resultados da tabela 2, com múltiplas respostas, mostram que os participantes do PAI valorizam mais atividades como festas e passeios, seguidos de atividades físicas e cursos. Sendo assim, podemos afirmar que o grupo tem interesses variados que indicam a conscientização e aderência sobre a importância do uso do tempo livre e do ócio, bem como estão atentos à necessidade de preservar a própria

saúde e memória, o que pode ser buscado principalmente nas atividades físicas e nos cursos.

Apenas 24,4% afirmaram ter reclamações a fazer, sendo que a única temática abordada foram os preços das atividades, considerados elevados, e que por isso não deveriam sofrer majorações.

DISCUSSÃO

Quanto à predominância de mulheres entre os sujeitos da pesquisa, a literatura mostra que em grupos desse tipo, a presença de homens nunca ultrapassa a 10% do número de mulheres. A partir disso há a inferência de que o grupo pode não atender as necessidades dos homens que se mantêm ativos e que diferentemente das mulheres transferem a sociabilidade desenvolvida antes de se aposentarem para o bar e as praças, enquanto outros mais sedentários se acomodam vendo televisão. As mulheres, por sua vez, aderem melhor à proposta dos grupos⁽¹²⁾.

A experiência de acompanhamento de mulheres aposentadas e viúvas tem mostrado que frequentemente elas se sentem liberadas das obrigações com os filhos e o marido, e por isso parecem se vincular mais do que os homens aos grupos de convivência, nos quais interagem, passeiam, ensinam e aprendem outras habilidades.

Uma pesquisa sobre os motivos da baixa participação dos homens no "Projeto da Maior Idade", organizado pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, constatou que 6% deles participariam do projeto, caso a esposa os acompanhasse. Acompanhar a esposa a tais atividades funciona como fator motivador da participação masculina, sendo que as mulheres não precisam desse tipo de motivação⁽¹³⁾.

O maior percentual de pessoas entre 50 e 69 anos indica que os sujeitos podem ser incluídos na categoria de jovens idosos⁽¹⁴⁾. A menor concentração na faixa de 80 a 89 anos é explicada porque com o avançar da idade a maioria das pessoas têm maior dificuldade de mobilização, além de outras limitações o que faz com que permaneçam mais em casa. O percentual não muito elevado encontrado na faixa de 50 a 59 anos (17,2%) é compreensível, tendo em vista que pelas regras

previdenciárias vigentes no Brasil, poucos conseguem se aposentar antes de 60 anos de idade.

Em relação ao estado conjugal, achado semelhante foi identificado em outra pesquisa, também realizada no Nordeste cuja maioria das idosas (71,7%) não possuía companheiro, sendo elas solteiras ou viúvas ou divorciadas⁽¹⁵⁾. Como a maioria (62,3%) das pessoas que frequentavam o PAI já perdeu ou não conseguiram manter o vínculo afetivo com parceiro do sexo oposto, isso indica que programas que envolvam grupos de convivência são relevantes para o aprimoramento das relações entre os beneficiários, podendo contribuir para a diminuição dos sentimentos de solidão que, muitas vezes, rodeiam as pessoas nesta faixa etária⁽¹⁶⁾.

Como a maioria dos sujeitos assumem o sustento da própria casa sozinhos, no presente estudo ficou constatado o que algumas estatísticas vêm mostrando. A participação financeira dos idosos representa mais de 50% da renda domiciliar, sendo esta situação ainda mais expressiva no Nordeste⁽¹⁷⁾.

Encontramos que 47,8% dos aposentados e pensionistas têm escolaridade de nível superior e mais 20,0% têm pós-graduação, o que difere da escolaridade da média da população brasileira. Segundo o IBGE⁽¹⁸⁾, a população no Brasil está assim distribuída em relação à escolaridade: 32.787.000 (59,17%) pessoas de nível fundamental, 9.776.000 (17,64%) de nível médio, 6.258.000 (11,29%) de nível superior, incluindo os que têm pós-graduação. Por outro lado, a renda bruta mensal dos aposentados e pensionistas que frequentavam o PAI, de 7,4 salários mínimos, era superior aos valores médios recebidos pelos trabalhadores brasileiros à época, que girava em torno de 1,4 salários mínimos⁽¹⁸⁾.

A ausência de estratégias de divulgação para um público mais amplo pode estar relacionada com as

limitações e instabilidade do PAI, já referidas. Se não há certeza do montante de recursos disponíveis não seria sensato divulgar o programa para um público maior.

A maioria dos aposentados e pensionistas possuía uma vida relativamente ativa antes de se integrarem ao PAI, excluindo-se apenas os 24,4% que tinham como rotina ficar em casa. Possivelmente o programa tenha trazido mais benéfico para esses 24,4% que antes costumavam permanecer em casa.

As mudanças citadas faziam referência ao aumento das amizades, relacionamentos e melhoria da convivência com as pessoas, bem como foi elevado o percentual referente à melhoria da qualidade de vida. Sendo assim, para os sujeitos, o resultado mais significativo que o PAI tem lhes trazido é a melhoria do que eles denominam qualidade de vida. Isto indica uma avaliação bastante positiva do programa.

Na contemporaneidade assiste-se a uma mudança no foco dos discursos dos que já envelheceram, como novos hábitos, imagens, crenças e termos utilizados para caracterizar esse período da vida, remetendo a aprendizagem, flexibilidade, satisfação pessoal e mesmo vínculos afetivos inéditos⁽¹⁹⁾.

Estudos têm mostrado que idosos que participam de programas de exercícios têm melhor percepção de qualidade de vida, principalmente quando são levados em consideração os fatores relacionados à capacidade funcional e aspectos sociais⁽²⁰⁾.

A despeito de ter sido modesto o percentual de pessoas que tinham reclamações ou que sugeriram ajustes ao programa avaliado, vale salientar a preocupação com melhora e ampliação do estacionamento, indicando que são beneficiários proprietários de veículos e também de uma melhor renda. Outro aspecto referiu-se à preocupação com as pessoas que não dispõem de transporte próprio e com os que dependem de acompanhante para frequentar o

programa. Entre os poucos que assinalaram reclamações, a única temática abordada foi o preço das atividades, considerado elevado, e que por isso não deveriam sofrer majorações.

Sendo assim, o funcionamento do PAI vir sendo conduzido de tal forma que atende melhor aos interesses e necessidades dos aposentados e pensionistas com nível socioeconômico mais elevado, o que explicaria, pelo menos em parte, a avaliação tão favorável que eles fizeram do programa e também o afastamento de outros que têm poder aquisitivo menor.

CONCLUSÃO

O PAI foi mantido com sua proposta inicial por alguns anos. Posteriormente houve alguns cortes em suas atividades que ficaram centradas nas ações de integração e convivência, havendo o afastamento de alguns beneficiários.

Os resultados evidenciaram diversas fragilidades do PAI: nunca teve sede própria, não contava regularmente com um orçamento e só funcionava efetivamente em Fortaleza, sendo que 40,91% dos aposentados e pensionistas da administração pública estadual residiam no interior. A outra problemática importante encontrada foi que significativo número de atividades desenvolvidas sob a sua chancela era custeado por recursos financeiros advindos de contribuição dos aposentados e pensionistas.

A maioria dos sujeitos que frequentava o PAI era do sexo feminino, confirmando-se dados de outras pesquisas que indicam a presença sempre diminuta dos homens em serviços de saúde ou em programas semelhantes ao que avaliamos. A média de idade encontrada (67,8 anos) indica que o PAI é frequentado predominantemente por pessoas com bastante energia e disposição para o desenvolvimento de diversas atividades

O resultado mais significativo que o PAI tem lhes trazido é a melhoria do que eles denominaram qualidade de vida.

Entre as sugestões para ajustes do programa a indicação para ampliação do estacionamento e a preocupação com o preço das atividades denotaram que aposentados e pensionistas de menor poder aquisitivo têm menores condições de acesso ao que é oferecido pelo PAI.

Ficou constatado que existem algumas discretas diferenças entre os sujeitos que participam do PAI e os que não participam. Os últimos eram proporcionalmente mais idosos e mais solitários. Também um número maior deles era responsável pelo sustento da casa e tinham renda bruta mensal inferior aos que se mantinham integrados às atividades do PAI.

Concluimos que o PAI é uma política pública que, além de muitas fragilidades, vem sofrendo oscilações e contenções em função das mudanças dos governantes e gestores. Quando se realizou a pesquisa o programa atendia um número bastante reduzido dos seus potenciais beneficiários e funcionava apenas no bairro mais nobre de Fortaleza. Tais dados, entre outros, foram tomados como indicadores de que parece não atender aos interesses dos aposentados e pensionistas de menor renda, residentes em bairros periféricos de Fortaleza e em municípios do interior.

REFERÊNCIAS

1. Ferreira CR. Aposentadorias e distribuição de renda no Brasil: uma nota sobre o período 1981 a 2001. *Rev Bras Econ.* 2010; 60(3):247-60.
2. Brandão TB. Previdência social no serviço público e os programas de preparação para a aposentadoria: uma relação necessária? *SER Social* [periódico na internet]. 2011[citado 2011 jan 26]; (13)28:[cerca de 22 p]. Disponível em:

http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/5627/4676. pdf

3. Soares DHP, Costa AB, Rosa AM, Oliveira MLS. Aposenta-Ação: programa de preparação para a aposentadoria. *Estud Interdiscip Envelhec.* 2007; 12:143-61.
4. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Relatório de ações Estratégicas do PAI. Fortaleza: SEPLAG; 2006.
5. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva; 1990.
6. Brasil. Lei Nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 08 dez. 1998.*
7. Brasil. Lei n. 10.741, de 1o de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 3 out. 2003. Seção 1, p. 1.*
8. Conselho Nacional de Saúde, Comitê Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (BR): Conselho Nacional de Saúde; 1996.
9. Ceará. Decreto Nº 21.088 de 22 de novembro de 1990. *Diário Oficial do Estado do Ceará, 1990 nov 23, p 15445, Parte 1, Fortaleza.*
10. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Relatório de Planejamento do Programa de Ação Integrada para o Aposentado/PAI. Fortaleza: SEPLAG; 2006.
11. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Relatório de Acompanhamento de Metas Institucionais. Fortaleza: SEPLAG; 2009.

12. Cordeiro DSA. Lugares de velhos pobres em grupos de convivência no nordeste brasileiro. VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa, 2008. [citado 2008 jun 25]; [cerca de 12p]. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/764.pdf>
13. Fenalti RCS, Schwartz GM. Universidade aberta à terceira idade e a perspectiva de ressignificação do lazer. Rev Bras Educ Fis [periódico na internet]. 2003[citado 2010 ago 17]; (17)2:[cerca de 11 p]. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v17%20n2%20artigo5.pdf>
14. Veras R. Atenção preventiva ao idoso: uma abordagem de saúde coletiva. In: Papaléo Netto M. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento numa visão globalizada. São Paulo: Atheneu; 2002. p.383-93.
15. Tribess S, Virtuoso Junior JS, Petroski EL. Estado nutricional e percepção da imagem corporal de mulheres idosas residentes no nordeste do Brasil. Ciênc Saúde Coletiva. 2010; 15(1):31-8.
16. Cartaxo HGO, Silva EAPC, Santos ARM, Siqueira PGBS, Pazzola CM, Freitas CMSM. Percepção de idosas sobre o envelhecimento com qualidade de vida: subsídio para intervenções públicas. Rev Rene. 2012; 13(1):158-68.
17. IBGE. Estudos & Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. No 23. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE; 2007.
18. IBGE. Estudos & Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. No 29. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE; 2008.
19. Silva, LRF. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. Hist Ciênc Saúde-Manguinhos. 2008; 15(1):155-68.
20. Januário RSB, Serassuelo Junior H, Liutti, MC, Decker D, Molari M. Qualidade de vida em idosos ativos e sedentários. ConScientiae Saúde. 2011; 10(1):112-21.

Recebido: 22/05/2012
Aceito: 26/09/2012